

LIX CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DAS ATIVIDADES NOTARIAIS E/OU REGISTRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROVA DISCURSIVA E PRÁTICA CRITÉRIO DE ADMISSÃO

I-) DISSERTAÇÃO

ENUNCIADO:



Violência visível

Com mais políticas públicas que enfrentam a violência contra a mulher e com leis (Lei Maria da Penha e a lei do feminicídio), que determinam a punição dos agressores, a violência ganhou visibilidade jamais vista. Como resultado, mais e mais pessoas passaram a perceber as ameaças, as torturas, agressões físicas e cárceres privados.

Como em 2014 o Ligue 180 passou a ser também um canal de denúncia, incluindo a denúncia anônima, os relatos sobre os mais diferentes tipos de violência passaram a ser feitos também por vizinhos, parentes e amigos da mulher agredida.

Em algumas situações, as denúncias são feitas por crianças. Nesses casos, as atendentes são preparadas para distinguir trotes dos relatos verídicos de maus-tratos.

“É o que temos falado: que em briga de marido e mulher a gente deve, sim, meter a colher”, afirma a secretária.¹

A partir das informações fornecidas, redija um texto dissertativo sobre o significado da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, cuja interpretação deve-se considerar os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- a-) Vinculação da lei à realidade fática brasileira;
- b-) O que configura e as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher;
- c-) Exemplificação de medidas protetivas criadas pela lei para coibir as formas de violência.

OBS: A dissertação deverá apresentar o (s) fundamento (s) de Direito que sustenta (m) as ideias desenvolvidas. A mera indicação do (s) dispositivo (s) legal (is) pertinente (s) não será pontuada.

¹ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/03/ligue-180-da-salto-no-atendimento-a-mulheres-em-situacao-de-violencia>>. Acesso em: 29/8/2018.

II-) PEÇA PRÁTICA

ENUNCIADO:

Fulano de Tal, por meio de “Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra de Bem Imóvel e Outras Avenças”, celebrado em 12 de maio de 2000, referente à venda e compra da unidade de n. 100 localizada no Condomínio Edifício “Viva Feliz”, situado no Município do Rio de Janeiro/RJ, comprometeu-se a adquirir da Sociedade Empresária ABC mencionado imóvel mediante o pagamento de 70% (setenta por cento) do preço de venda à vista e do saldo em 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas com vencimento a partir do mês subsequente ao da assinatura do Compromisso. Em junho de 2005, efetuou o pagamento da última parcela do financiamento, quitando-o integralmente.

Por ocasião da apresentação para registro da “Escritura Pública de Venda e Compra” do mencionado imóvel, lavrada em 23 de agosto de 2018 pelo Tabelião de Notas do Município do Rio de Janeiro/RJ, o Oficial de Registro de Imóveis competente, do mesmo Município, prenotou o título com a exigência de apresentação do certificado declaratório de não-incidência do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), em razão da transmissão do mencionado imóvel ao patrimônio da Sociedade Empresária DEF em realização de capital, ocorrida por meio da operação societária de incorporação da Sociedade Empresária ABC pela Sociedade Empresária DEF realizada em 20 de outubro de 2010.

Aludida exigência encontra-se respaldada no art. 30 da Lei n. 1.364 de 19 de dezembro de 1988, editada pelo Município do Rio de Janeiro/RJ, *in verbis*:

Art. 30 - Os oficiais públicos que tiverem de lavrar instrumento translativo de bens ou direito sobre imóveis, de que resulte obrigação de pagar o imposto, exigirão que lhes seja apresentado o comprovante de pagamento e, se a operação for imune, isenta ou beneficiada com suspensão, o certificado declaratório do reconhecimento do favor fiscal.

§ 1º - Quando houver a obrigação de pagar o imposto antes da lavratura de instrumento público, nele serão transcritos os elementos que comprovem o pagamento e, quando for o caso, transcrever-se-á o certificado de reconhecimento de qualquer benefício, conforme dispuser o regulamento.

§ 2º - É vedada a transcrição, a inscrição ou a averbação de atos, instrumentos ou títulos sujeitos ao imposto, em registro público, sem a comprovação do pagamento ou da exoneração.

Ato contínuo, inconformado, Fulano de Tal, sustentando que a exigência de apresentação do certificado declaratório de não-incidência do ITBI é infundada, vez que o Compromisso de Venda e Compra encontra-se quitado desde 2005 e que a Sociedade Empresária DEF possuía tão-somente a obrigação legal de lhe outorgar a competente escritura, juntou documentos necessários à comprovação do alegado e requereu que, caso o Oficial de Registro de Imóvel do Município do Rio de Janeiro/RJ mantenha a exigência de apresentação do certificado declaratório de não-incidência do ITBI, seja instaurado o procedimento judicial competente para dirimir a celeuma.

Diante dos fatos narrados, redija a peça adequada para instauração do procedimento judicial cabível.

OBS: A peça processual deverá apresentar o (s) fundamento (s) de Direito que a sustenta (m). A mera indicação do (s) dispositivo (s) legal (is) pertinente (s) não será pontuada.

III-) QUESTÕES DISCURSIVAS

QUESTÃO 1

ENUNCIADO:

João e Maria, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, assinam contrato de locação de imóvel, ele na condição de fiador, que renuncia o benefício de ordem, e ela na condição de testemunha. No referido contrato, o único imóvel de propriedade do casal, onde João e Maria residem com seus filhos, é dado como garantia da fiança prestada.

A assinatura de Maria como testemunha pode ser considerada como sua autorização à fiança prestada por João? Justifique.

OBS: O candidato deverá fundamentar sua resposta. A mera indicação do (s) dispositivo (s) legal (is) pertinente (s) não será pontuada.

QUESTÃO 2

ENUNCIADO:

Marcos assinou instrumento particular de compromisso de venda e compra para aquisição de um lote localizado no Município. Posteriormente, para sua surpresa, verificou que o respectivo loteamento não se encontra licenciado perante a Prefeitura tampouco possui registro imobiliário. A Prefeitura Municipal, ao tomar conhecimento da existência das obras de execução do mencionado loteamento, embargou referidas obras, multou o respectivo loteador e o notificou para que regularize seu loteamento. No entanto, o loteador ficou-se inerte e não cumpriu a notificação.

Uma vez que o loteador desatendeu a notificação para regularização de seu loteamento, qual medida deve ser adotada pela Prefeitura na defesa dos direitos dos adquirentes dos lotes, tal como Marcos? Justifique. Tal medida pode ser classificada como ato administrativo vinculado ou discricionário? Explique a diferença da classificação.

OBS: O candidato deverá fundamentar sua resposta. A mera indicação do (s) dispositivo (s) legal (is) pertinente (s) não será pontuada.

QUESTÃO 3

ENUNCIADO:

Em sede de fiscalização, a Sociedade Empresária Prestadora de Serviços Ltda. foi autuada pela autoridade tributária por ter omitido, em sua declaração, informações referentes a serviços por ela prestados e respectivas remunerações percebidas. Referida autuação tem por base documentos obtidos por meio de fiscalização anteriormente realizada em clientes da Sociedade Empresária. Ato contínuo, nos termos da legislação pertinente, a Sociedade Empresária protocolizou impugnação administrativa negando as supostas receitas e questionando o lançamento havido. Não obstante o processo administrativo fiscal ainda não tenha sido concluído, há indícios de que Rodrigo, sócio majoritário da Sociedade Empresária, tenha prestado declaração falsa à autoridade tributária.

No caso em tela, qual tipo penal Rodrigo teria praticado? Fundamente. É possível a imediata instauração de processo-crime em face de Rodrigo? Justifique.

OBS: O candidato deverá fundamentar sua resposta. A mera indicação do (s) dispositivo (s) legal (is) pertinente (s) não será pontuada.

QUESTÃO 4

ENUNCIADO:

A Sociedade Empresária S/A, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a emissão pública de 10.000 debêntures nominativas, não conversíveis em ações, com valor total correspondente a R\$ 100.000,00, com garantia flutuante que assegura privilégio geral sobre ativo da companhia. Na escritura de emissão, consta como data de emissão 12/5/2011 e como data de vencimento 12/5/2016. Após a mencionada data de vencimento, Ana, investidora que adquiriu as referidas debêntures, procura, sem sucesso, a Sociedade Empresária S/A para recebimento do seu crédito.

Qual a ação cabível para que Ana possa cobrar judicialmente seu crédito consubstanciado nas debêntures emitidas pela Sociedade Empresária S/A? Justifique.

OBS: O candidato deverá fundamentar sua resposta. A mera indicação do (s) dispositivo (s) legal (is) pertinente (s) não será pontuada.

QUESTÃO 5

ENUNCIADO:

Em sede de execução civil promovida em face de Ricardo, são penhorados diversos bens de sua propriedade, necessários à garantia da dívida. Dentre eles, constam uma unidade habitacional e sua respectiva vaga de garagem localizadas no Condomínio Edifício "Viver Bem", ambas com matrículas próprias perante o Oficial de Registro de Imóveis competente. Em sua defesa, Ricardo alega que os imóveis acima identificados são legalmente impenhoráveis, eis que são utilizados para sua residência e de sua família.

É possível ao juiz determinar o levantamento da penhora sobre a unidade habitacional e sua respectiva vaga de garagem acima referidas?

OBS: O candidato deverá fundamentar sua resposta. A mera indicação do (s) dispositivo (s) legal (is) pertinente (s) não será pontuada.